



Info

Novo quadro estratégico para o multilinguismo

Ao aprovar, por 537 votos a favor, 50 contra e 59 abstenções, o relatório sobre o novo quadro estratégico para o multilinguismo, o Parlamento Europeu saúda a promoção do conhecimento de línguas e o objectivo a longo prazo de melhorar as competências linguísticas individuais, no sentido de cada cidadão aprender pelo menos duas línguas para além da sua língua materna. O PE reconhece também a importância estratégica das "línguas europeias mundiais", como é o caso do português.

No relatório hoje aprovado, o Parlamento Europeu reconhece a importância estratégica das "línguas europeias mundiais" (ou línguas europeias de comunicação universal) como veículo de comunicação e como forma de solidariedade, cooperação e investimento económico e, por conseguinte, como uma das principais directrizes da política europeia em matéria de multilinguismo (§ 3).

Os eurodeputados destacam que "algumas línguas europeias se prestam particularmente ao estabelecimento de uma comunicação directa com outras regiões do mundo" (como é o caso do português). Essas línguas "são também faladas em muitos outros países terceiros e constituem um importante elo entre os povos e nações de diferentes regiões do mundo".

A língua portuguesa é a terceira língua da União Europeia mais falada do mundo, depois do inglês e do espanhol, e antes do alemão, do francês e do italiano.

Indicador Europeu de Competência Linguística

O Parlamento salienta que "não existem dados circunstanciados e fiáveis nem indicadores adequados, relacionados com as competências efectivas em matéria de línguas estrangeiras nos Estados-Membros", pelo que se congratula com a proposta de um Indicador Europeu de Competência Linguística (§ 6). Os eurodeputados defendem que este indicador "deverá incluir todas as línguas oficiais da UE e, desde que seja praticável do ponto de vista do procedimento, poderá ser alargado de modo a abarcar outras línguas da União Europeia além das cinco mais difundidas, a fim de se obter uma panorâmica real da situação no que toca à competência linguística".

O relatório exorta os organismos e instituições europeias a comunicarem com maior frequência com os seus cidadãos na sua própria língua nacional, independentemente de a língua em questão ter um estatuto oficial a nível do Estado-Membro ou da UE (§ 23). "Ter apenas as línguas dos Estados-Membros não é aceitável. A concessão do estatuto oficial à língua de cada um envia um sinal claro a todos os cidadãos da UE de que serão tratados em pé de igualdade e só poderá contribuir para aproximar mais a UE dos seus cidadãos. Cerca de 10% da população da UE (46 milhões de pessoas), falantes de Línguas Regionais ou Minoritárias (LRM) da UE, são obrigados a falar a

sua língua materna oficial nas suas relações com a UE", afirma o relator, Bernat **JOAN I MARI** (Verdes/ALE, ES), na exposição de motivos. "O galês é a língua nacional do País de Gales, o basco é a língua da nação basca, mas a verdade é que estas línguas não podem ser utilizadas. Para alcançar a legitimidade e transparência democráticas, a UE tem de ser acessível a todos os seus cidadãos em todas as línguas europeias".

Os eurodeputados exortam ainda as instituições e organismos europeus a cooperarem estreitamente com o Conselho da Europa na promoção e protecção da diversidade linguística e da aprendizagem de línguas, e a inspirarem-se a sua experiência no domínio da política em matéria linguística, como o Portfólio Europeu de Línguas ou a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias (alteração 10).

O Parlamento Europeu declara que se deverão criar todas as oportunidades possíveis de os migrantes aprenderem a língua ou as línguas do país de acolhimento com vista à sua integração social e cultural (§ 11), bem como permitir-lhes uma aprendizagem na sua língua materna preservando assim os laços com os seus países de origem.

A aprendizagem de línguas deverá constituir um elemento essencial do programa para a educação e a formação ao longo da vida (alteração 1). A Eurocâmara saúda o crescente recurso à aprendizagem integrada de conteúdos através de uma língua estrangeira (CLIL) e o facto de as instituições de ensino superior poderem desempenhar um papel mais activo na promoção do multilinguismo (§ 15, 16).

Contacto :

Isabel NADKARNI

Serviço de Imprensa - Sector Português

E-mail: imprensa-PT@europarl.europa.eu

BXL: (32-2) 28 32198

STR: (33-3) 881 76758